

2 Sobre o estatuto dos nomes próprios

Este capítulo se dedica a destacar algumas das compreensões mais frequentes acerca de termos metalinguísticos e, em especial, acerca dos nomes próprios, com o interesse de salientar as bases da visão sustentada por esta tese. É também minha intenção lançar luz às possíveis origens dos nós que se apresentam e com os quais me deparei no desenvolvimento da presente reflexão, sendo, o principal deles, o fato de haver, na classe de palavras em estudo, uma especial docilidade a reforçar uma visão representacionista da linguagem: aqui o nome, ali o nomeado.

Esta tarefa se mostra fundamental na trajetória aqui percorrida uma vez que, apesar de a recorrente constatação contemporânea da falência dessa visada representacionista convidar a reflexões alternativas sobre o vocabulário metalinguístico em geral, as tentativas de lançar um novo olhar sobre a compreensão da significação linguística esbarram na persistência de um vocabulário que traz consigo marcas da longa hegemonia daquela compreensão de linguagem.

Assim, um brevíssimo passeio sobre reflexões em torno do nome próprio pode facilitar o nada trivial experimento proposto: o de tentar rever o estatuto desta classe de palavras a partir de um pensamento que vê a linguagem como forma de vida, o que implica obrigatoriamente um total redesenho do entendimento da relação entre nome e nomeado.

Começo pela pergunta lançada pelo filósofo John R. Searle, na abertura do seu *Proper names*, de 1958: “Os nomes próprios têm significado?”. A questão parece remeter a outra, igualmente formulada por muitos pensadores, a saber: o que um nome próprio de fato é? Ou, formulada de modo um pouco mais congruente com os argumentos que informam a presente pesquisa: o que conta como um nome próprio?

Para alguns lógicos, um nome pode ser definido como “aquilo que nomeia”, o que parece pressupor a existência do objeto nomeado (cf. Quine, 1960, p.180). Nesse contexto, parece verificar-se uma intercambialidade entre os termos *nome* (substantivo comum) e *nome próprio*. Isso de fato ocorria

sistematicamente entre os gregos antigos, quando uma única palavra, *onoma*, se referia às duas categorias (cf. Harris & Taylor, 1989).

Desde a antiguidade clássica, podemos com efeito identificar relatos e debates em torno da natureza do nome. Amplamente discutido pelos sofistas, o tema também é explicitamente abordado em obras como *De Interpretatione e Das categorias*, de Aristóteles, e, antes disso, no famoso diálogo platônico inteiramente dedicado ao tema, *Crátilo*.

No universo grego, a questão se formava basicamente em função da oposição entre a tese convencionalista — que defendia que os nomes são resultado de mera convenção, social — e a tese naturalista — que defendia haver uma correção dos nomes por natureza atribuídos a cada ser.

É curioso observar que tal oposição seja apresentada logo na abertura do *Crátilo*, justamente com base em um episódio envolvendo um nome que hoje diríamos *próprio*, o nome de *Hermógenes*:

383 b Hermógenes — Sócrates, o nosso Crátilo sustenta que cada coisa tem por natureza um nome apropriado e que não se trata da denominação que alguns homens convencionaram dar-lhes, com designá-las por determinadas vozes de uma língua, mas que, por natureza, têm sentido certo, sempre o mesmo, tanto entre os Helenos como entre os bárbaros em geral. Perguntei-lhe, então, se, em verdade, Crátilo era ou não o seu nome, ao que ele respondeu afirmativamente, que assim, de fato, se chamava. E Sócrates? perguntei. É Sócrates mesmo, respondeu. E para todos os outros homens, o nome que aplicamos a cada um é o seu verdadeiro nome? E ele Não; pelo menos o teu, replicou, não é Hermógenes, ainda que todo o mundo te chame desse modo. E como eu insista em interrogá-lo, desejoso de apanhar o sentido do que ele diz, não me dá resposta clara e ainda usa de ironia, como querendo insinuar que esconde alguma coisa de que tenha conhecimento, que me obrigaria — no caso de resolver-me a revelar-ma — a concordar com ele e a falar como ele fala. Por isso, se tiveres meio de interpretar o oráculo de Crátilo, gostosamente te ouvirei. Porém com maior prazer, ainda, ficarei sabendo o que pensas a respeito da exata aplicação dos nomes, se isso for do teu agrado.

Numa das interpretações mais disseminadas desse diálogo platônico, conclui-se que ele chega ao fim sem que haja consenso quanto ao embate em curso, uma vez que, para o filósofo, a tese defendida por Crátilo (a de que os nomes são corretos por natureza) não parece mais razoável que aquela a que esta se opõe³. No referido texto, Platão se esforça por garantir uma estabilidade para a linguagem qualquer que seja o caso. O filósofo acreditava na existência de essências fixas; acreditava, ainda, que a função dos nomes e das orações seria, *idealmente pelo menos*, a de representar a verdade essencial das coisas.

³ Sobre este e outros pontos relativos à questão dos nomes no pensamento antigo, ver Harris e Taylor, 1989 (caps. 1 e 2) e Modrak, 2000.

Vale a ressalva, no entanto, de que Platão desconfiava da linguagem sensível como instrumento potencialmente defeituoso — pela possibilidade de o *legislador* (o "fazedor de nomes") confeccionar mal um nome, afastando-se do "nome ideal", do "nome em si" — e potencialmente mal utilizado — pela possibilidade de que mesmo um bom instrumento seja mal empregado por seu usuário.

No que tange ao ponto que me interessa mais de perto, é importante enfatizar não apenas a indistinção entre o que hoje separaríamos em duas classes distintas — a dos nomes próprios e a dos comuns —, como também a escolha de começar a discussão sobre o debate entre naturalismo e convencionalismo pela evocação de um *nome de batismo*, o qual para o ouvido contemporâneo soa paradigmaticamente arbitrário, porque contingente à vontade de quem batiza. Conforme esclarecem Harris e Taylor (1989, p.3), “parte-se ali do princípio de que a pergunta sobre a correção do nome *Hermógenes* não é em princípio distinta da pergunta sobre a correção do nome *água* [...]; sob esse aspecto todos os nomes se equiparam.”

Convencionalista convicto, Aristóteles, também utiliza, na abertura de seu *De Interpretatione*, um nome próprio como exemplo privilegiado, só que agora para indicar a natureza arbitrária e semanticamente indivisível dos nomes em geral, em oposição ao que, para ele, se daria com as expressões complexas. Vejamos:

[16a 19] Nome é elocução com significado conforme convenção, sem tempo, da qual nenhuma parte é separadamente dotada de significado; pois em Calippo o “ippo” não significa nada sozinho em si mesmo, como significa na frase [sic] “belo cavalo” (*kalos hippos*).

Mais adiante, em passagem crucial para este estudo, o filósofo, que é presença tácita em muitas vertentes da descrição gramatical até hoje, nos dá a matriz da distinção entre nomes próprios e comuns:

[17b 1] Há coisas universais e particulares, e denomino universal isso cuja natureza é a de ser afirmada de vários sujeitos, e de particular o que não pode sê-lo. Por exemplo, *homem* é um termo universal, e *Calias* um termo singular ou particular.

A distinção aristotélica indicada na citação alcança os dias de hoje na oposição entre *termos singulares* e *termos gerais*. Segundo Tugendhat (1985, p.115), um termo singular seria um componente propocisional que, juntamente com o termo geral, comporia um *enunciado predicativo singular*, do tipo “Sócrates é homem”. O termo geral teria por função classificar o objeto no lugar do qual está o termo singular. A função deste último seria, pois, basicamente, a de estar no lugar de um objeto. Ensina ainda Tugendhat (1985) que são três os tipos de termos singulares hoje tipicamente reconhecidos: (1) nomes próprios (Pedro, Paris); (2) pronomes ou expressões dêiticas (isso, aqui, ele); e (3) descrições definidas (“a capital da França, “o autor da *Ilíada*”).

A partir da crença na existência de uma estabilidade forte na relação entre coisa e nome, a tradição filosófica tendeu a concentrar suas atenções nos termos singulares da classe dos *nomes próprios*, por reconhecer neles uma relação de *pura denotação*: a relação entre o termo singular e o objeto que ele representa seria, no caso do nome próprio, a mais simples possível.

Um exemplo emblemático da sustentação desta tese é encontrado em John Stuart Mill (1974, volume VII):

Proper names are not connotative: they denote the individuals who are called by them; but they do not indicate or imply any attributes as belonging to those individuals. When we name a child by the name Paulo, or a dog by the name Cæsar, these names are simply marks used to enable those individuals to be made subjects of discourse. [...] Proper names are attached to the objects themselves, and are not dependent on the continuance of any attribute of the object. [grifos meus]

O pensador reforça, portanto, a distinção entre a *denotação* e a *conotação* de um nome. Para ele, uma expressão denota quando se refere a algo, isto é, quando ocupa o lugar de um objeto; a conotação, por sua vez, se daria quando um termo, além de se referir a algo, expressasse algo conjuntamente. Como explica Tugendhat (1985, p.117):

Descrições definidas têm tanto uma denotação como uma conotação; p. ex., a expressão “a capital da França” se refere a (denota) a cidade de Paris e faz isso ao expressar uma de suas propriedades, a saber: o fato de ela ser a capital da França. Nomes próprios, ao contrário, têm apenas uma denotação, não tendo uma conotação; o nome “Paris” se refere à cidade de Paris, mas sem dar a entender uma propriedade do objeto referido.

De acordo com esse raciocínio, Mill coloca de um lado o objeto e, de outro, o símbolo linguístico que deve estar diretamente coordenado ao primeiro. A referida coordenação entre nome e objeto se daria, para ele, a partir da associação entre símbolo e ideia, concepção esta recorrentemente chamada de *concepção psicológica* dos nomes próprios. Contestado quanto ao modo como tal coordenação entre nome e objeto se daria, por exemplo, na ausência do objeto referido no momento da enunciação, Mill diz que o nome não se coordena propriamente ao objeto, mas sim à ideia do objeto que seria fixa e se torna disponível em nossas mentes. Por essa estratégia, Mill tenta escapar também a contestações quanto à aplicabilidade de sua tese a nomes fictícios, tais como “Ulisses”, uma vez que a referência deixa de ter de existir no mundo, passando a ser uma entidade mental, psicológica.

Apesar da manobra, a tese de Mill seguirá sofrendo questionamentos ao longo da história de sua recepção, pois a tal imagem que supostamente teríamos em nossas mentes não poderia ser uma imagem intuitiva estável do objeto, já que a imagem de um objeto é sempre uma imagem determinada por uma perspectiva particular, em um determinado momento etc. A pergunta é: se digo “Pedro”, qual a imagem de Pedro que se ilumina em minha mente? A da juventude de Pedro? De sua adolescência? Se digo “Paris”, visualizo a Paris da Revolução Francesa? A Paris dos dias atuais?

Mais uma vez, a tradição tenta responder a tais objeções, declarando que tais imagens não são concretas e sim imagens não sensíveis de objetos. E despertam-se então outras objeções, principalmente para o caso do nome próprio, uma vez que a ideia a que ele deveria estar coordenado, diferentemente das ideias que podemos talvez imaginar para os objetos, dificilmente seria acessível a outros falantes. Ou seja, o tipo de relação entre o nome próprio e o objeto a que se refere não parece ser suficientemente esclarecido nem pela associação do nome a um objeto real, nem pela sua associação a uma ideia de tal objeto.

O entendimento do nome próprio como aquele que é semanticamente mais simples se mantém forte por muito tempo a despeito dessas e de outras objeções, e só começa a mudar a partir do surgimento da chamada filosofia analítica, especialmente com Frege, para quem o nome próprio possui justamente o modo semântico mais complexo.

É, pois, plausível pensar que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letra), além daquilo por ele designado que pode ser chamado de sua

referência, ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto. Conseqüentemente, segundo nosso exemplo, a referência das expressões “o ponto de interseção de a e b” e “o ponto de interseção de b e c” seria a mesma, mas não seus sentidos. A referência de “Estrela da Tarde” e “Estrela da Manhã” seria a mesma, mas não o sentido. (FREGE, 1978, p.62)

Para o pensador, portanto, os nomes próprios têm tanto denotação [*bedeutung*] (estão no lugar de um objeto) quanto conotação [*sinn*] (um sentido); não são portanto termos singulares mais simples porque apenas referenciais, pois remetem, antes, necessariamente a descrições definidas. Isto é, o nome “Aristóteles” está em lugar do objeto Aristóteles. No entanto, esta relação remete necessariamente a descrições definidas do tipo “o aluno de Platão”, “mestre de Alexandre” etc. Esta interdependência entre a relação nome-objeto e descrições é também reconhecida em Russell.

Em seu *Proper names*, Searle (1958, p.166) sintetiza bem os dois posicionamentos aqui mencionados. Em suas palavras:

Resumamos as duas visões que se opõem: a primeira afirma que os nomes próprios têm essencialmente uma referência, mas não um significado — os nomes próprios denotam mas não conotam; a segunda sugere que eles possuem essencialmente um significado e, apenas contingencialmente, uma referência — isto é, têm referência apenas quando um e apenas um objeto satisfaz o seu significado.⁴

Há muitas outras reflexões importantes sobre os nomes próprios que não se enquadram com conforto na história resumida por Searle, merecendo destaque aquela que se oferece na semiótica de Charles Sanders Peirce (EP2,1992, p.286) sobre o tipo de signo que o nome próprio é, sua ambivalência entre o índice, o ícone e o símbolo.

A proper name, when one meets with it for the first time, is existentially connected with some percept or other equivalent individual knowledge of the individual it names. It is then, and then only, a genuine Index. The next time one meets with it, one regards it as an Icon of that Index. The habitual acquaintance with it having been acquired, it becomes a Symbol whose Interpretant represents it as an Icon of an Index of the Individual named.

⁴ *Let us summarize the two conflicting views under consideration: the first asserts that proper names have essentially a reference but not a sense — proper names denote but do not connote; the second asserts that they have essentially a sense and only contingently a reference — they refer only on the condition that one and only one object satisfies their sense.*

A abordagem de Peirce difere daquelas descritas por Searle por atribuir ao nome próprio a característica de mudar de categoria de acordo com o grau de intimidade que temos com ele. De acordo com Weber (2008): "*Proper names change, as do persons. Both are conventional, based on habits of action and of operational utility.*"

Posições de igual interesse são encontradas no recorte histórico adotado por Ana Maria Machado, autora que dedicou longo estudo aos nomes próprios na obra de Guimarães Rosa. A autora desenvolve uma abordagem histórica também bastante distinta daquela de Searle, no modo como descreve a virada das teorias sobre a concepção de nome. Segundo Machado (2003, p.25), o rompimento com as abordagens tradicionais que não reconheciam qualquer caráter significativo do nome próprio só se dá de fato a partir de Lévi-Strauss, que reconhece enfim uma significação ao nome próprio, destacando seu papel de operador de classificação. "Os nomes próprios são parte integrante dos sistemas tratados por nós como códigos: meios de fixar significações, transpondo-as em termos de outras significações." (Lévi-Strauss, 1989, p.194).

Em espírito semelhante, em *What kind of name is that?*, Kawashima (2006, p.327) afirma que:

Um nome é uma palavra, ou um conjunto de palavras, por meio de que uma entidade é designada por outros e distinguido dos outros.

[...]

Dado pelo outro, um nome é uma ponte entre um indivíduo e uma comunidade, através da qual ele ou ela é admitido na sociedade.⁵

A ponte a que Kawashima se refere a um só tempo confere ao indivíduo a sua marca de subjetividade e o identifica como um ser pertencente ao grupo que o nomeou.

Também buscando situar o papel do nome próprio no jogo entre identidade e alteridade, Machado (2003, p.25) põe em questão a expressão *nome próprio*:

[...] não é próprio por ser uma propriedade de seu portador, mas porque lhe é apropriado. Duplamente apropriado: marca de uma apropriação pelo outro, e escolhido segundo uma certa adequação àquele que é nomeado, para exprimir

⁵ *A name is a word or words through which an entity is designated by others and distinguished from others.*

[...]

Given by the other, a name is a bridge between an individual and a community, through which he or she is admitted to society.

aquilo que lhe é próprio enquanto indivíduo, aquilo que não é comum à toda a espécie. E, com essa operação, volta-se à classificação. Significação e classificação estão sempre estreitamente ligadas no nome próprio.

Na mesma direção, mas de modo talvez mais radical, Jacques Derrida (2006) dedica um capítulo de seu *Gramatologia* à abordagem dos nomes próprios a partir basicamente das experiências narradas por Lévi-Strauss ao observar os índios Nhambiquara. No referido capítulo, que recebe o sugestivo título de “A guerra dos nomes próprios”, Derrida se refere a um trecho da obra de Strauss em que este relata que o emprego dos nomes próprios entre os Nhambiquara é interdito; “para identificar as pessoas, era preciso acompanhar o uso do pessoal da linha, isto é, convencionar com os indígenas nomes de empréstimo, pelos quais seriam designados” (Lévi-Strauss, 1989, p.293-4). Na sequência do texto de Strauss, tomamos conhecimento de uma cena em que, por vingança, uma criança revela o nome da outra ao pesquisador, tendo a partir daí se aberto o caminho para que este obtivesse os nomes próprios das demais crianças e mesmo dos adultos da tribo.

Em função da referida interdição, Derrida (2006, p.138) chega também a um questionamento da expressão *nomes próprios*, especialmente tal como aplicada por Strauss ao narrar a mencionada situação:

Não podemos entrar aqui nas dificuldades de uma dedução empírica dessa proibição, mas sabe-se *a priori* que os “nomes próprios” cuja interdição e revelação Lévi-Strauss descreve, não são nomes próprios. A expressão “nome próprio” é imprópria, pelas razões mesmas que lembrará *O pensamento selvagem*. O que o interdito atinge é o ato proferindo o que *funciona* como nome próprio. E esta função é a *consciência* mesma. O nome próprio no sentido corrente, no sentido da consciência, não é (diríamos “na verdade”, se não devêssemos desconfiar aqui desta palavra), mais do que designação de pertencença e classificação lingüístico-cultural.

[...]

A supressão do interdito, o grande jogo de denúncia e a grande exibição do “próprio” [...] consistem não em revelar nomes próprios, mas em dilacerar o véu que esconde uma classificação e uma pertencença, a inscrição num sistema de diferenças lingüístico-sociais.

Derrida parece, pois, sublinhar a dependência do *nome próprio* de uma rede de diferenças que não se deixa estabilizar senão pela normatividade volátil das comunidades — que em todo caso está muito longe de apontar para uma relação objetiva e fixa entre um complexo acústico recorrente e uma identidade estável.

Entram em cena nas referidas passagens muitos elementos que me interessam sobremaneira: a questão da interdependência entre um nome e o objeto por ele nomeado; a relação de poder entre quem nomeia e o ser por ele nomeado; o grau de arbitrariedade existente na conexão entre um nome e o seu nomeado; a possibilidade de que um nome seja alterado pelo nomeador ou pelo nomeado; a volatilidade contextual dos nomes próprios.

Faz-se necessário, pois, o delineamento do objeto de estudo da presente pesquisa; é preciso restringir ainda mais o universo abordado. Trato aqui de nomes próprios — terreno este, como dito, já bastante pantanoso —, mas investigo um tipo específico de nomes próprios, a saber, nomes próprios (e reflexões acerca destes e de termos metalinguísticos em geral) na sua relação com uma visão de linguagem que reconhecemos no “segundo Wittgenstein” e que mantém afinidades com elementos e procedimentos encontrados em textos de Samuel Beckett. E é com o objetivo de experimentar os muitos deslocamentos provocados pelo entendimento da linguagem como forma de vida, que passo, nos próximos capítulos, à análise de passagens da obra destes dois autores.